

COSIPAR COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ - COSIPAR - CNPJ - 07.919.053/0001-50. Relatório da Administração. Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, acompanhado das Demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. **A COSIPAR:** O ano de 2007 foi um ano de muito desafio para o Grupo COSIPAR onde iniciamos a operação da primeira indústria brasileira de produção de ferro gusa independente que utiliza 100% de coque metalúrgico como elemento redutor no processo de fabricação de ferro gusa, denominada USIPAR. Com isso o Grupo COSIPAR atinge a capacidade instalada de 980.000 ton de ferro gusa, sendo que 51% desse volume será produzido com coque metalúrgico, o que comprova o comprometimento da COSIPAR quanto a sustentabilidade ambiental na produção de ferro gusa. A performance da COSIPAR em 2007 foi afetada pela reforma de três altos-fornos durante o ano de 2007 o que gerou uma perda de produção de 47.251 ton de ferro gusa em relação a 2006. Apesar dessa queda de produção e faturamento, a COSIPAR investiu R\$ 21 milhões em reflorestamento e na área industrial, atingindo 10.000ha de floresta plantada (eucalipto). Mesmo com essa queda de produção, 100% dos nossos clientes foram atendidos. Para 2008, esperamos uma recuperação dessa produção e um incremento de receita da ordem de R\$ 100 milhões em relação a 2007. **Agradecimentos:** Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e a todos aqueles que colaboraram com a COSIPAR no sentido de cumprir o seu papel econômico e social na Economia Nacional e Paraense.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO P/ Exercícios findos em 31.12.2007 e 2006 (Em milhares de reais, exc. o luc. lq. p/aç.)		DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS P/OS Exercícios findos em 31.12.2007 e 2006 (Em milhares de reais)	
ATIVO	2007	PASSIVO	2007	2007	2006
2006	Circulante	Circulante			
Disponibilidades	1.135	Fornecedores	6.277	Rec. orig. oper. (conf. abx.)	10.955
Ctas. a rec. - partes rel.	3.208	Obrigações fiscais	1.954	Aum. exig. a l/ prazo	47.764
Ctas. a receber - terc.	1.412	Prov. p/I.R. e contrib. soc.	10.089	Realiz. de trib. dif. s/ reaval.	2.378
Outras contas a receber	8.200	Obrig. trabalhistas e soc.	1.795	Incl. fisc. de imp. de renda	-
Estoques	29.712	Emprést. e financiam.	37.826	Total das origens	61.097
Direitos Tributários	19.544	Dividendos a pagar	6.645		37.733
Adiant. a fornecedores	798	Adiant. de cliente (pt. rel.)	19.372		
Outros ativos circulantes	440	Tribut. difer. s/reavalição	1.816		
Total do Ativo Circulante	64.449	Outros passivos	1.695		
	70.850	Total do circulante	87.469		
NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCUL.			
Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo			
Adiant. p/futuro aum. cap.	9.858	Emprést. e financiam.	42.847	Recs. aplic. nas operaç.	-
9.858 Depósitos judiciais	99	Provisão p/contingências	292	Aum. cap. em soc. contról.	-
1.590	99	Tributos dif. s/reavalição	22.898	Dim. de outros exig. a l/ prazo	25.131
Títulos da div. agrária	-	Obrigações fiscais	3.088	Dividendos propostos	535
Direitos tributários	20.681	Adiant. de cliente (pt. rel.)	14.584	Aumento do imobilizado	21.190
Títulos Eletrobrás	-	Partes relacionadas	9.895	Aum. do realizável a l/ prazo	3.999
Partes relacionadas	9.032	Outros passivos	4	Total das aplicações	50.855
Total do Realiz. a L/Prazo	41.161	Total do pass. não circ.	93.608	Aum. (Red.) Cap. Circ. Liq.	10.242
Permanente:		Patrimônio líquido		Var. no cap. circ. líquido	(3.761)
Investimentos	31.906	Capital social realizado	79.430	Ativo circulante	
Imobilizado	244.153	Reserva de capital	20.970	No início do exercício	70.850
Diferido	1.406	Reserva de reavaliação	53.518	No fim do exercício	64.449
Total do Permanente	277.465	Reserva legal	3.010		(6.401)
Total do Ativo não Circ.	318.626	Reserva p/investimentos	45.070		12.011
	261.921	Total do patrimônio liq.	201.998		
		Total do Pas. e Patr. Liq.	383.075		
			332.771		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31/12/2007 e 2006 (Em milhares de reais)						
	Res. de Cap.		Reserva de lucros			Total
	Cap. soc. realizado	Reserva de inc. fiscais	Reserva reavaliação	Reserva legal	Reserva p/ investim.	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	79.430	19.489	27.640	2.786	-	170.417
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(10.100)
Realiz. de res. de reav. liq. de IRPJ e CSSL difer.	-	-	(3.296)	-	-	3.915
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	1.481	-	-	-	1.481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.225
Constituição de reserva legal	-	-	-	111	-	(111)
Destinação de divid. proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(528)	(528)
Reserva de lucros para investimentos	-	-	-	-	36.473	(36.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	79.430	20.970	24.344	2.897	36.473	164.114
Reavaliação do Imobilizado	-	-	51.196	-	-	51.196
Imposto Sobre Reserva de Reavaliação	-	-	17.406	-	-	(17.406)
Real. res. de reav. liq. de IRPJ e CSSL dif.	-	-	(4.616)	-	-	6.994
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.251
Constituição de reserva legal	-	-	-	113	-	(113)
Destinação de divid. proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(535)	(535)
Reserva de lucros para investimentos	-	-	-	-	8.597	(8.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	79.430	20.970	53.518	3.010	45.070	201.998

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2006 (Em milhares de reais).

1. **Contexto Operacional:** A Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR tem como objetivo principal a produção, comercialização (exportação) e transporte de ferro-gusa, aço, ligas metálicas e peças fundidas. Adicionalmente, desenvolve atividades de produção e comercialização de mudas de plantas, florestamento, reflorestamento e comércio de madeira. Em virtude de as vendas serem totalmente destinadas ao mercado externo, a Sociedade tem isenção dos principais impostos estaduais e federais sobre a receita de vendas. As vendas são efetuadas por intermédio da parte relacionada America Metals Trading LLP, que é a responsável pela comercialização da quase totalidade dos produtos da Sociedade no mercado externo. A Sociedade, por seu estatuto social, pode participar como quotista ou acionista de outras sociedades. Especificamente quanto a essa deliberação, a COSIPAR detém participação acionária na USIPAR - Usina Siderúrgica do Pará Ltda., empresa siderúrgica localizada em Barcarena - Pará - que iniciou suas operações parcialmente durante o exercício de 2007. As operações da Sociedade são dependentes das seguintes matérias-primas: carvão vegetal (fornecido por carvoeiros localizados na região) e minério de ferro. A Sociedade utiliza-se da prestação de serviços de transporte ferroviário e serviços portuários (transporte da matéria-prima para as instalações siderúrgicas e produção do ferro-gusa para o porto de São Luís - Maranhão) da Companhia Vale do Rio Doce. As demonstrações financeiras devem ser analisadas considerando este contexto operacional. 2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das principais Práticas Contábeis.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade

com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as seguintes as principais: **a) Disponibilidades.** Corresponde aos saldos bancários e investimentos temporários de liquidez imediata indexados ao CDI, registrados ao custo e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **b) Estoques:** Os estoques são valorizados ao menor valor entre o custo médio de produção/compra e o valor líquido de realização ou o custo de reposição, respectivamente. Quando aplicável, é constituída provisão por obsolescência e morosidade nos estoques de almoxarifado. **c) Ativos circulantes e não circulantes:** Demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do encerramento do balanço. Os direitos com vencimento maior que 12 meses são considerados ativos realizáveis a longo prazo (não circulante). **d) Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido da reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Encargos de juros e variação cambial/monetária de financiamentos são capitalizados até a data de início das operações do imobilizado financiado correspondente. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, às taxas anuais mencionadas na Nota 7. Os bens reavaliados estão sendo depreciados às taxas constantes do laudo de reavaliação. **e) Investimento:** Refletem participação acionária da Sociedade na investida USIPAR. Estão sendo registrados pelo método de equivalência patrimonial, sendo os respectivos reflexos e contrapartidas registrados na demonstração do resultado (resultado de equivalência patrimonial). **f)**

Passivos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações com vencimento maior que 12 meses são consideradas no grupo de passivos não circulantes. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Sociedade possui incentivos fiscais, concedidos pelo Ministério da Integração Regional - Agência de Desenvolvimento do Norte, calculados sobre o lucro da exploração, correspondentes à redução do imposto de renda para diferentes níveis de produção, no período correspondente aos anos-calendário de 2004 a 2013 (veja Notas 12 e 14). O imposto de renda e a contribuição social diferidos classificados como tributos diferidos representam o reflexo tributário da reavaliação do ativo imobilizado. **h) Empréstimos e financiamentos:** São atualizados pelas variações monetárias/cambiais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, calculados de acordo com os termos estabelecidos nos respectivos contratos. **i) Provisão para contingências:** É constituída com base nas estimativas da Administração, amparada na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **j) Reserva de reavaliação:** Decorrente de ativos próprios, cujos impostos de renda e contribuição social correspondentes estão classificados no passivo circulante e não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos respectivos encargos tributários. **k) Utilização de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade exige que a Administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores divulgados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os resultados

reais podem diferir dessas estimativas efetuadas pela Administração. **l) Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas, exceto quanto aos reflexos relacionados com projetos industriais financiados em expansão que são capitalizados como imobilizado. **m) Alteração da legislação societária brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008 (Lei nº 11.638)** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira, a fim de possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis a todas as empresas constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo as de capital aberto, bem como estendem, às sociedades de grande porte, disposições relativas à elaboração e à divulgação de demonstrações financeiras. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir de 2008, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores. As principais modificações que afetarão as demonstrações financeiras da Sociedade em 2008 podem ser resumidas como segue:

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Criação de novo subgrupo de conta: ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de

curto prazo.

- Revogação da possibilidade de registrar doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitado pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Obrigatoriedade de a Sociedade analisar periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos seja registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando haja evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos, com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, seja revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) por seu valor de mercado ou equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido: somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não conseguiu avaliar os efeitos quantitativos que as referidas alterações poderiam acarretar às demonstrações financeiras e aos resultados

	2007	2006
3. Estoques:		
Prod. acabados (ferro-gusa)	468	-
Estoq. poder terc. (ferro-gusa)	14.192	4.321
Matérias-primas	12.696	13.742
Almoxarifado	2.356	710
Total	29.712	18.773

Em 31 de dezembro de 2007, os estoques em poder de terceiros estavam localizados nos Portos da Companhia Vale do Rio Doce, Ponta da Madeira e Itaquí.

	2007	2006
4. Direitos Tributários:		
ICMS a recuperar (a)	3.614	3.614
PIS a recuperar (b)	4.152	2.869
COFINS a recuperar (b)	26.288	20.418
Créd. presumido de IPI (Nota 15)	3.967	-
Outros tributos a recuperar	2.204	3.050
Total	40.225	29.951

Curto prazo
Longo prazo

Em 31/12/2003, o saldo de ICMS a recuperar encontrava-se sob processo de análise e avaliação de suas condições de realização. Em decorrência do processo nº 2.001/17050, concomitante à resolução do CONFAZ 053, de 4/7/03, a Sociedade teve reconhecido o crédito de ICMS. Após negociações com a SEFA, a Comissão de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará está analisando a compensação desses créditos com obrigações de mesma natureza, que em 31/12/07, montava a R\$ 3.120 (R\$ 3.063 em 31/12/2006). A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que caso sejam apuradas perdas como decorrência do processo de análise e avaliação desses créditos, estas não serão relevantes, e dessa forma nenhuma provisão foi constituída em 31/12. b) Os créditos com tributos federais, como PIS e COFINS, serão utilizados para compensação futura. Neste momento, a Administração aguarda a con-